



Ata n.º 22/2021

----- No dia dezassete de dezembro de dois mil e vinte e um, realizou-se na sala multiusos da secretaria de Pousos, e por videoconferência, a sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, presidida por Nuno Alexandre Gonçalves Martinho, cumprindo as normas impostas pela DGS, no âmbito da pandemia do COVID 19.-----

----- Assistiram à distância os seguintes membros: Arminda Filipe, Aurélio Silva, Cláudia Ferreira, Inês Moreira e Tiago Roda.-----

----- O Presidente da Assembleia cumprimentou os membros do Executivo, cumprimentou os Membros da Assembleia presentes na sala e à distância, e cumprimentou ainda o público presente na sala.-----

----- Pelas vinte e uma horas e vinte e seis minutos, havendo quórum, o Presidente da Assembleia deu início à sessão.-----

----- O Presidente da Assembleia chamou, ao abrigo do n.º 3 do art.º 7.º do Regimento da Assembleia de Freguesia, da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, Miguel Bilhota Xavier (PS) a tomar posse como Membro desta Assembleia de Freguesia. Miguel Bilhota Xavier (PS) leu o seu compromisso de honra e assinou-o.-----

----- O Presidente da Assembleia deu início ao período de audição do público.-----

----- O Sr. Vítor Tojeira, residente nos Pousos, leu um texto (anexado à presente ata), onde expôs o seu desagrado para a falta de ajardinamento da rotunda da Rua Paulo VI --

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção do Sr. Vítor Tojeira, e não havendo outros pedidos de intervenção, deu a palavra ao Presidente do Executivo, para esclarecer o freguês.-----

----- O Presidente do Executivo cumprimentou os Membros da Assembleia na pessoa do seu Presidente, cumprimentos os seus Colegas do Executivo e o público presente.----

----- O Presidente do Executivo, esclareceu que as benfeitorias desta rotunda são da responsabilidade do Município e comprometeu-se em saber se está prevista a sua requalificação.-----

----- Passando para o período de antes da ordem do dia, o Presidente da Assembleia registou e informou a falta justificada de Carla Rente (PSD). -------

----- O Presidente da Assembleia partilhou ainda o pedido de Carla Rente (PSD), que recebeu por email, alertando para o facto de ter recebido fora de prazo a informação da formação para Autarcas promovida pela FEFAL. Depois informou que esta formação não é da iniciativa da Junta de Freguesia e que foi comunicada a todos os membros logo que teve conhecimento. Não obstante, comprometeu-se em tentar saber junto da entidade



promotora se têm previstas mais formações e que serão enveredados os esforços para que este tipo de informação chegue de forma mais célere em comunicações futuras. -----

----- Ana Bernardes (BE) informou que foi ao site da FEFAL, que é a entidade promotora das formações, e verificou que havia uma nova edição do curso de iniciação para Autarcas, a decorrer dia 8 de dezembro, e que frequentou essa formação à distância. Mais se disponibilizou para partilhar com os Colegas da Assembleia todo o material da formação que lhe foi fornecido pela FEFAL. -----

----- Ana Bernardes informou que a entidade vai realizar novas edições de formação, nomeadamente sobre a contabilidade nas Autarquias Locais. -----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a partilha de Ana Bernardes (BE). -----

----- O Presidente da Assembleia informou que a Lei n.º 39/2021 de 24-06-2021, que define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de Freguesias, entrará em vigor 180 dias após a sua publicação, que será dia 24-12-2021. Por se tratar de um assunto de grande importância para a União de Freguesias, informou que vai criar um grupo de trabalho com os representantes de todas as forças políticas representadas nesta Assembleia de Freguesia, para analisarem os requisitos a cumprir para criar, modificar ou extinguir freguesias. -----

----- Ainda no uso da palavra o Presidente da Assembleia dirigiu ao Presidente do Executivo duas questões: a primeira sobre a situação atual da pandemia do COVID 19 na União das Freguesias e, a segunda, sobre o ponto de situação do Auditório dos Pousos.

----- O Presidente do Executivo informou que não tem os dados de pessoas da freguesia infetadas com COVID 19 à data atual, mas dispõe do número de casos acumulados no dia 7-12-2021 - em Leiria 1709 casos, nos Pousos 980, na Barreira 415 e nas Cortes 197. No dia da assembleia existem, como números acumulados, em Leiria 1806 casos, nos Pousos 1043, na Barreira 428 e nas Cortes 214, verificou-se um aumento expressivo do número de casos. -----

----- Em relação ao Auditório dos Pousos informou que passou a tarde na Câmara Municipal de Leiria e entregou todos os projetos que faltavam. Informou ainda que estava marcada para a semana seguinte uma reunião na Câmara Municipal, com o Dr. Renato e com a Dr.ª Hélia, que irão trabalhar em cooperação com a Técnica Superior da Freguesia, a Dr.ª Paula Silva, para lançarem concurso. -----

----- O Presidente da Assembleia sugeriu aos Membros da Assembleia, como reforço do que já havia feito no passado, que quando tivessem votos de pesar, moções, votos de louvor os outros assuntos que queiram apresentar no período antes da ordem do dia, que os enviem atempadamente por e-mail ou por outra via, para si, para que sejam partilhados



com todos os membros, para terem tempo de analisar os respetivos assuntos/documentos em causa e, no dia da sessão, votarem de forma fundamentada as propostas apresentadas e ou obtenham os respetivos esclarecimentos, por parte do executivo, de modo igualmente já fundamentado. O mesmo sugere acontecer se for uma questão dirigida ao Executivo, que melhor poderá responder no dia da sessão se tiverem conhecimento prévio e possam assim preparar as respetivas respostas. Contudo, sublinha, todos podem apresentar livremente no próprio dia da sessão as questões que entenderem.

----- Nuno Fernandes (PSD) cumprimentou os presentes e os que assistiam à distância. Perguntou quais as zonas habitacionais que ainda não têm saneamento básico e qual é o plano dos SMAS e da Junta de Freguesia para concluir esse processo. -----

----- O Presidente do Executivo informou que teve uma reunião na Câmara Municipal, na qual entregou um memorando com todas as carências de saneamento básico na União das Freguesias e que os SMAS estão a elaborar um plano de intervenção na área do saneamento básico, mas de momento ainda não são conhecidos os locais. As ruas que ainda não têm saneamento nos Pousos são: a Rua da Paz na Ramalharia, a Rua Cruz de Melo na Touria, a Travessa do Mascarrote na Touria, a Rua Virgílio Monteiro na zona desportiva, a Rua da Sobreira no Casal dos Matos e a Rua da Calmeira nos Andrinos e zona industrial dos Andrinos. Na Barreira falta saneamento na Rua Casal da Mourã, na Mourã, na Rua da Restauração na Barreira e há problemas na Urbanização Fonte de Santo António, que entope com muita facilidade. Nas Cortes ainda não existe saneamento na Rua da Feira, na Rua Chã de Leiria e na Rua do Prazo, na Reixida e na Rua da Servigueira nas Fontes. -----

----- Relativa às questões que lhe foram previamente colocadas por Nuno Fernandes (PSD), informou que a 5.ª Revisão do PDM foi interposta pelo Município de Leiria e está relacionada apenas com as zonas urbanizáveis. Deu como exemplo a zona do Canhestro nos Pousos, que deixaria de ser zona de expansão industrial, para ser considerada de expansão florestal. -----

----- Sobre o Programa de Recuperação e Resiliência informou que as Juntas de Freguesias não se podem candidatar, só as Câmaras Municipais e Comunidades Intermunicipais o podem fazer. Neste contexto a União de Freguesias está a preparar alguns projetos, nomeadamente: -----

- A construção de uma creche na zona da Barreira; -----
- A construção de uma creche nos Pousos, que será de reforço à já existente no Centro Social dos Pousos; -----



- A construção ou aquisição de habitações, para serem arrendadas com rendas mais baixas a famílias carenciadas. -----

- Programas de apoio à gestão energética nos edifícios públicos, através da produção de energia para consumo dos próprios edifícios. - -----

----- À questão colocada sobre o património da União das Freguesias, o Presidente do Executivo informou que irá enviar para o Sr. Presidente da Assembleia a listagem com todos os prédios e cadernetas prediais. -----

----- Sobre o pedido das contas da União de Freguesias do ano de 2020 e 2021, informou que são públicas. As contas da gerência do ano de 2021 só serão apresentadas e analisadas na Assembleia de Freguesia ordinária do mês de abril. -----

----- O Presidente do Executivo ainda respondeu a Aurélio Silva (PSD) acerca do orçamento participativo da Câmara, que previa a execução de um jardim no Telheiro. Informou que foi lançado o concurso público e publicado no Diário da República dia catorze de dezembro, no valor de 111.358,93€. -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra a Tiago Santos (PS) para apresentação da sua Moção, que enviou previamente e foi partilhada com todos os membros da Assembleia.-----

----- Tiago Santos (PS) leu a “Moção para a não discriminação entre crianças vacinadas e não vacinadas” que fica apensa a esta ata. -----

----- O Presidente da Assembleia deu a oportunidade aos Membros da Assembleia de se pronunciarem acerca da moção apresentada.-----

----- Ana Bernardes (BE) leu a sua declaração de voto contra a moção apresentada, que fica apensa à presente ata. -----

----- Ana Bernardes (BE), afirmou ser contra qualquer tipo de discriminação, mas a moção apresentada aborda o problema de forma excessivamente ligeira, não tendo em conta a enorme complexidade da vida escolar e por isso votará contra. -----

----- Inês Moreira (PS) justificou a sua intenção de voto contra à moção apresentada por Tiago Santos, porque não concorda que a testagem ou qualquer outra forma de controlo da pandemia seja um ato discriminatório. -----

----- Arminda Filipe (PS) justificou a sua intenção de voto contra a moção apresentada, porque considera que exigir que uma criança seja testada para evitar a propagação desta doença tão grave, não é um ato discriminatório. -----

----- João Paulo (IL) disse que não tinha intenção de intervir sobre este assunto, que na sua opinião é de saúde e não de política. Mas depois da apresentação da moção, dos



comentários ouvidos e para o bem da sua consciência, disse “que usar crianças para proteger adultos devia envergonhar-nos enquanto seres humanos”. -----

----- Sem mais pedidos de intervenção, a Moção foi colocada a votação, tendo sido chumbada com: 7 votos contra, 6 abstenções e 5 votos a favor. -----

----- Ana Bernardes (BE) pediu a palavra para expor que o troço da encosta do Castelo com início na Av. 25 de Abril, e que dá cesso à Escola Domingos Sequeira, tem cinco candeeiros, mas apenas um está a funcionar.-----

----- O Presidente do Executivo explicou que esta situação pode ser reportada na plataforma E_REDES que é de acesso público e rápido. -----

----- Ana Bernardes (BE) agradeceu a informação.-----

----- Arminda Filipe (PS) pediu o ponto de situação do projeto de requalificação do Jardim do Visconde. Pediu ainda esclarecimentos sobre a contratação do serviço de limpeza do Jardim do Visconde, porque a empresa contratada só se limita a soprar as folhas, do lado de fora do muro, estando as grelhas de escoamento das águas pluviais completamente obstruídas com folhas e assim impedindo a entrada das águas que vão para a estrada. Terminou esta questão afirmando estar a pagar-se um serviço que não está a ser feito em condições. -----

----- Arminda Filipe (PS) também informou que, com a chuva, o piso da rampa de acesso às piscinas Municipais fica escorregadio e pediu a colaboração da Junta de Freguesia para colmatar a anomalia.-----

----- O Presidente do Executivo pediu a Arminda Filipe para lhe fazer chegar, por e-mail, a situação das piscinas para depois a enviar para a Câmara Municipal. -----

----- O Presidente do Executivo, confirmou que as grelhas têm estado entupidas devido à queda das folhas das árvores do jardim, mas já deu instruções ao pessoal da Junta para as desentupir. Sobre o projeto de requalificação do jardim, informou que aguarda a marcação de uma reunião com as Técnicas do Município para apresentação do projeto, inclusive com os Membros da Assembleia de Freguesia. -----

----- Sem mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia deu início ao período da ordem de trabalhos: -----

----- **Ponto um: Leitura, apreciação e votação da Ata n.º 20 e n.º 21.** -----

----- O Presidente da Assembleia pediu a dispensa da leitura das atas por terem sido enviadas atempadamente e colocou-as à apreciação dos membros da Assembleia. -----

----- Não tendo havido nenhum comentário, as atas foram, respetivamente, colocadas a votação, tendo ambas sido aprovadas por maioria, com duas abstenções, de Inês Lopes



(PS) e Miguel Xavier (PS), por terem estado ausentes nas respetivas sessões. No momento da votação, José Gaio (CH), não se encontrava na sala. -----

----- **Ponto 2 Apreciação da atividade e da situação financeira da União das Freguesias, no período de 1 de setembro a 30 de novembro de 2021.**-----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao Presidente do Executivo para tecer os esclarecimentos que entendesse oportunos. -----

----- O Presidente do Executivo não fez nenhum comentário, mas disponibilizou-se a responder às questões que lhe quisessem colocar. -----

----- O Presidente da Assembleia passou a palavra aos Membros da Assembleia. ----

----- Nuno Fernandes (PSD) perguntou qual a rubrica onde foi inscrita a verba de quase 100.000,00€ do Parque de Caravanas. -----

----- João Machado (IL) felicitou o Executivo pela clareza e transparência da informação prestada no relatório trimestral e deixou como sugestão que os mapas apresentem valores comparativos entre o valor anual orçamentado para cada rubrica e o valor que está a ser gasto. -----

----- Em resposta a Nuno Fernandes, o Presidente do Executivo informou que o valor para o parque das caravanas está inscrito numa rubrica de capital (07.01.03.07.01. – Conservação do Património) e que é proveniente de verbas atribuídas pela Câmara Municipal para uso em património da Junta de Freguesia. -----

----- Sobre a proposta de João Machado, o Presidente do Executivo disponibilizou-se e comprometeu-se a ter em conta a desmonstração comparativa dos valores orçamentados e dos valores gastos. -----

----- José Gaio (CH) sugeriu, enquanto caravanista, que os utilizadores do parque de caravanas devem pagar uma taxa de utilização e a água e a luz que consumirem. -----

----- O Presidente do Executivo explicou que a construção do parque será feita por duas fases. Na primeira fase será feita a construção do parque com capacidade para nove caravanas e, na segunda fase, pretendem-se criar melhores condições para os caravanistas com a construção, por exemplo, de balneários. Na primeira fase é intenção do Executivo que a utilização seja gratuita, de forma a atrair utilizadores. -----

----- **Ponto 3 Apreciação, discussão e votação das Grandes Opções do Plano, da proposta de Orçamento e do Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2022.**

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo, para apresentar o resumo das contas e dos documentos enviados. -----

----- O Presidente do Executivo explicou que as Grandes Opções do Plano



representam a estratégia política do Executivo para o presente mandato. ----- Continuou referindo que orçamento se divide em quatro secções: -----

- **As receitas correntes**, que são essencialmente provenientes do Estado (FFF) e receitas próprias da Junta de Freguesia. -----

- **As receitas de capital**, que são provenientes dos bem imóveis e do património da Freguesia e da Câmara Municipal. -----

- **As despesas correntes**, destinadas ao funcionamento diário da Junta, como água, eletricidade, salários, aquisição de bens e serviços. -----

- **E as despesas de capital**, onde se inclui o auditório dos Pousos, as obras de conservação e reparação do património. -----

----- Explicou ainda resumidamente cada uma das rúbricas do orçamento e disponibilizou-se a responder quaisquer questões. -----

----- O Presidente da Assembleia colocou o ponto à apreciação dos Membros da Assembleia. -----

----- Nuno Fernandes (PSD) referiu que, depois da sua análise cuidada às contas, concluiu que 70% das verbas orçamentadas são transferências do que foi executado do ano de 2021 para 2022. -----

----- Nuno Fernandes (PSD) perguntou ao Executivo quando é que vão apresentar detalhadamente as obras no montante de 384.000,00€, porque no plano plurianual de investimentos as despesas de capital para as obras de conservação e reparação do património, viadutos, parques e jardins, tem uma verba de 609.000,00€, mas só estão identificadas no protocolo interadministrativo obras no montante de 225.000,00€. -----

----- Nuno Fernandes (PSD) referiu ainda que, numa análise mais cuidada ao orçamento, verificou que receitas correntes externas à Junta são aproximadamente de 1.066.000,00€, no entanto as despesas correntes são de 1.342.000,00€, portanto existe um saldo negativo de 276.000,00€ em que a Junta tem de usar receitas próprias para colmatar estes gastos de funcionamento. Afirmou que discorda que a receita proveniente do património da Junta de Freguesia seja gasta em despesas correntes. Deu como exemplo a receita proveniente dos pavilhões dos Pousos, que na altura da sua construção ficou definido que a verba do património da Junta seria gasta em investimento. -----

----- João Machado (IL) reforçou a necessidade dos projetos de investimento serem apresentados de forma discriminada e exaustiva, caso contrário é um cheque em branco que a Assembleia passa ao Executivo. Desafiou ainda o Executivo a eliminar taxas que são pouco significativas no orçamento da Junta, mas com importância no orçamento de



muitas famílias. Também pediu que lhe seja facultada a tabela de taxas da Junta de Freguesia. -----

----- Ana Bernardes (BE) estranhou a forma de apresentação do Plano Plurianual, que não reflete um trabalho previsional para os próximos cinco anos, mas um “*copy past*”, porque em todas as rubricas da receita corrente os valores são sempre iguais. -----

----- Deu como exemplo a receita do IMI, que é exatamente igual em todos os anos, apesar de estarmos numa fase de grande crescimento imobiliário e, por isso, com novos imóveis é exetável que o valor da receita do IMI tenha uma evolução ao longo dos anos. Constatou que a única rubrica da despesa onde não se verifica o “*copy past*” é na rubrica da delegação de competências da Câmara Municipal, referente aos arruamentos em que não aparecem valores nos anos de 2025 e 2026, questionando se os protocolos cessam em 2024? -- -----

----- Apontou também o “*copy past*” na despesa com a eletricidade, que tem um valor considerável para os próximos cinco anos, de 28.000,00€/ano. Comentou ainda que se é intenção da Junta de Freguesia instalar painéis fotovoltaicos nos seus edifícios, este valor deveria ser mais baixo. Continuou sugerindo que seja analisada a viabilidade de se adquirirem viaturas elétricas, para se obter a redução da despesa com o gasóleo. Lamentou que a única rubrica onde não se verifica o “*copy past*” seja a da promoção do desenvolvimento sustentável, onde há uma redução no investimento para metade, quando na sua opinião deviam fazer o contrário. -----

----- Analisou ainda a despesa com o pessoal, cujo valor é igual nos próximos cinco anos, sem considerar a atualização salarial e sem considerar se as seis vagas de recursos existentes vão ser ocupadas, porque isso representará um crescimento considerável da despesa com pessoal. -----

----- Pelas questões inumeradas, Ana Bernardes (BE) manifestou a sua intenção de se abster na votação. -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo para responder às questões que lhe foram colocadas. -----

----- O Presidente do Executivo esclareceu que este documento é previsional e os valores apresentados são comparativos com o que foi gasto nos últimos anos. Por imposição legal, não se podem “inventar” valores de receita ou de despesa. -----

----- Informou que o Executivo tem tido a preocupação em usar as receitas de investimento, em investimento, e contou que em 2017, quando este Executivo chegou à Junta, havia uma poupança de 1.700,000,00€ para o auditório, hoje existem 2.200,000.00€. -----



----- Explicou que ao longo destes anos tem havido a necessidade de investir parte dessas receitas nas melhorias dos equipamentos da Junta, e deu como exemplo a melhoria no edifício da secretaria dos Pousos, que era forrado a tijoleira, mas que manifestava problemas com infiltrações.-----

----- Reconheceu o trabalho dos antepassados, que tiveram a capacidade de fazer nos Pousos aquilo que é pouco visto a nível Nacional, que é ter uma Junta de Freguesia com receitas próprias, nomeadamente com o arrendamento dos pavilhões. Mas esses pavilhões estavam muito degradados e parte da receita de investimento foi gasta na renovação interior e exterior destes equipamentos.-----

----- Informou também que a receita das rendas de 2021 foi posta de parte para engrossar o saldo para o auditório dos Pousos, porque existe agora a preocupação em arranjar os cerca de 4.000.000,00€ necessários para o auditório.-----

----- Nuno Fernandes (PSD) comentou que essa verba, essa poupança de que o Presidente fala, não está plasmada nos documentos apresentados.-----

----- O Presidente do Executivo concordou que essa verba poderá não estar plasmada de forma explícita, mas existe no “bolo global”. Comprometeu-se em apresentar melhor esses valores na sessão de apresentação das contas de 2021.-----

----- Em resposta a João Machado, o Presidente do Executivo explicou que o valor das taxas é calculado de acordo com os custos associados, tais como papel, tempo do pessoal, tinteiros, etc. Informou também que o regulamento de taxas prevê a isenção destas taxas para famílias com insuficiência económica e que a tabela de taxas e o regulamento estão publicados no site oficial da Junta de Freguesia.-----

----- João Machado (IL) disse que, infelizmente, o nível considerado de insuficiência económica em Portugal é muito baixo, ou seja, existem muitas pessoas acima desse limite, mas não quer dizer que não tenham dificuldades. Reforçou que no futuro seja apresentada a listagem dos investimentos de capital, que devem ser listados, devem especificar quais são e quais os montantes previstos para cada um deles.-----

----- O Presidente do Executivo informou que já tem a listagem das ruas que vão ser intervencionadas, mas sem o cálculo dos valores, porque ainda carecem da aprovação da Câmara. Comprometeu-se a enviar essa listagem ao Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, que posteriormente fará chegar aos Membros da Assembleia.-----

----- O Presidente do Executivo esclareceu Ana Bernardes (BE) que este documento é uma previsão e deu como exemplo a quebra da receita do IMI.-----



----- Ana Bernardes (BE) contrapôs que uma previsão deve ter em conta vários fatores, nomeadamente o crescimento económico, porque se for para ter os mesmos valores nos próximos cinco anos não vale a pena apresentarem este documento. -----

----- O Presidente do Executivo argumentou que é difícil fazer essa previsão dependente de tantos fatores e informou que o documento foi elaborado com o apoio do contabilista certificado, que presta serviço à Junta de Freguesia. -----

----- Ana Bernardes (BE) pediu que de futuro haja mais rigor na apresentação destes documentos. -----

----- O Presidente do Executivo aceitou a sugestão e comprometeu-se a dar essa indicação ao contabilista. -----

----- Sobre a redução da verba destinada aos projetos de sustentabilidade ambiental, o Presidente do Executivo explicou que este valor depende da receita proveniente das eólicas da Senhora do Monte. Informou também que a Junta de Freguesia tem vindo a implementar medidas mais ecológicas, que alienaram recentemente duas viaturas com mais de vinte anos e com o apoio da Câmara adquiriram uma viatura elétrica. -----

----- Sem mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia deixou, como sugestão, que o Executivo peça à empresa prestadora do serviço de contabilidade que tenha em conta as sugestões apresentadas, porque um plano plurianual deve pelo menos prever taxas de inflação. -----

----- Nuno Fernandes (PSD) propôs que fique registado em Ata que, futuramente, nas rúbricas de investimento, as obras que carecem da apresentação e aprovação da Assembleia sejam apresentadas atempadamente e detalhadamente pelo Executivo, para dignificar e prestigiar esta Assembleia. -----

----- O Presidente da Assembleia pediu ao Presidente do Executivo que lhe mande a listagem dos investimentos, quando já tiverem os valores definitivos, para depois fazer chegar aos Membros da Assembleia. -----

----- Nuno Fernandes (PSD) reforçou ainda que essas obras têm de ser apresentadas à Assembleia e aprovadas. -----

----- O Presidente da Assembleia disse que as obras são aprovadas pela Assembleia no âmbito da aprovação do orçamento, para serem executadas não carecem da aprovação da Assembleia. -----

----- Nuno Fernandes (PSD) discordou da opinião do Presidente da Assembleia de Freguesia, até porque o Presidente do Executivo teve o cuidado de os informar quais as competências materiais da Junta de Freguesia e, pela Lei 75/2013 de 12 de setembro, art.º 16 alínea f), as competências matérias são: “compete à Junta de Freguesia executar por



empreitada ou administração direta as obras que constem das opções do plano e tenham dotação orçamental adequada nos instrumentos de gestão previsional aprovados pela Assembleia de Freguesia”. -----

----- Nuno Fernandes (PSD) concluiu que, na sua interpretação, qualquer obra terá de ter aprovação da Assembleia e não ser só comunicada, pois se assim não for, concordando com o colega João Machado (IL), é passar um cheque em branco à Junta de Freguesia. -

----- João Machado (IL) concordou que é difícil para o Executivo fazer um plano para um ano, fazer um plano para cinco anos é um absurdo e não percebe porque é que a lei o exige. Contudo, entende que é importante que as obras a aprovar estejam devidamente planeadas, fundamentadas e que os membros da Assembleia saibam quais são. A Assembleia não pode aprovar uma obra de um milhão de euros para uma estrada e o Executivo gastar esse milhão de euros numa creche. Da maneira como se está a trabalhar isso pode acontecer. É a este tipo de situação que chama “passar um cheque em branco”, e reforçou que isso que não pode voltar a acontecer e tem de ficar decidido nesta Assembleia. -----

----- O Presidente da Assembleia reconheceu a importância das duas últimas intervenções e, assim sendo, pediu ao Presidente do Executivo que lesse o documento que enviou para a Câmara, com o nome das ruas a intervencionar, mesmo que sem valores atribuídos, para os membros da Assembleia fiquem mais esclarecidos. -----

----- O Presidente do Executivo disponibilizou-se de imediato a ler o documento com as ruas a intervenção. -----

- **Nos Pousos:** Remoção de calçada, avaliação da conduta pelos SMAS e pavimentação, reparação da Travessa de Santo António, da Rua Fonte do Ramalho;-----

- **No Vidigal:** Requalificação da Avenida Principal e da Travessa dos Olivais. -----

-**No Azabucho:** Execução de passeios e sistema de águas pluviais na Rua das Abertas.

- **Na Barreira:** Pavimentação da Rua do Casal da Mourã, a execução de passeios e do sistema pluvial na Rua Visconde da Barreira, Rua dos Matos Altos, Estrada São Pedro, a Rua Forno da Telha e a Rua Calçada da Fonte. -----

- **Nas Cortes:** Estrada Principal de Famalicão- Cortes, com execução de passeios e pavimentação. Rua do Campo da Bola em Famalicão, Estrada Principal que liga Casal Branco às Fontes, Rua Principal do Zambujo e Rua do Calvário para os Mourões que tem as bermas em cimento.-----

- Para **Leiria** não é proposta qualquer intervenção porque se trata da área de intervenção direta da Câmara Municipal. -----



----- Sem mais pedidos de intervenção, nos termos da lei o Presidente da Assembleia questionou se algum membro da Assembleia se opunha à votação deste ponto em minuta. Não tendo sido manifestada qualquer oposição, colocou **a votação, respetivamente, as Grandes Opções do Plano, a Proposta de Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos para 2022, tendo, respetivamente, sido aprovado por maioria e em minuta, com:** -----

- Um voto contra de Nuno Fernandes (PSD), que fundamentou a razão na declaração de voto que fica apensa a esta ata. -----

- Quatro abstenções, de Ana Bernardes (BE), João Machado (IL), Aurélio Silva (PSD) e Edite Prior (PSD); -----

- Treze votos a favor dos restantes Membros da Assembleia. -----

----- O Presidente da Assembleia passou para o **Ponto 4: Apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal para 2022**, e pediu ao Presidente do Executivo para apresentar este documento. -----

----- O Presidente do Executivo explicou que é obrigatória a apresentação anual do mapa de pessoal. Explicou também que o pessoal apresentado no organigrama já faz parte dos quadros da Junta há vários anos e que este ano pretendem admitir dois trabalhadores, um coveiro para substituir o Funcionário que faleceu e um operador de máquinas porque o funcionário que executava estas funções perdeu a habilitação legal para o efeito, talvez fruto da idade. -----

----- Sem mais esclarecimentos, o Presidente da Assembleia colocou o ponto à apreciação. -----

----- João Machado (IL) pediu esclarecimento sobre a discrepância entre o número de lugares preenchidos e números de lugares existentes. -----

----- Nuno Fernandes (PSD) perguntou quais as áreas de trabalho dos dois Técnicos Superiores e partilhou que, da sua análise às contas da Junta, a despesa com pessoal é muito elevada, é o dobro das despesas de receitas correntes, ou seja, a Junta não recebe do estado verbas suficientes para pagar ao pessoal que consta do seu quadro orgânico e, por isso, compreende que existam lugares por preencher. -----

----- Ana Bernardes (BE) perguntou porque existe a diferença entre os lugares criados e os lugares preenchidos. Se a Junta não precisa deles ou se precisa deles e não tem dinheiro para lhes pagar. Perguntou também se há na Junta de Freguesia trabalhadores precários. -----

----- O Presidente do Executivo informou que neste momento não têm nenhum trabalhador precário. -----



----- A Secretária do Executivo explicou que o Executivo está a ponderar ocupar os três lugares vagos na categoria de Assistentes Técnicos, pela mobilidade de carreiras, os lugares serão ocupados por três Assistentes Operacionais, que já estão a executar tarefas de assistente técnico, não implicando assim a admissão de pessoal externo. -----

----- Sobre as funções dos dois Técnicos Superiores, o Presidente do Executivo explicou que um é engenheiro civil e que acompanha as obras e concursos, e outra licenciada em contabilidade e finanças, que está no serviço do aprovisionamento, dos concursos públicos e nos recursos humanos. -----

----- O Presidente da Assembleia deixou também duas chamadas de atenção. A primeira para o facto das receitas correntes não serem suficientes para fazer face às despesas com o pessoal. Na segunda, esclareceu que, não sendo da opinião de se ter um Executivo preso à possibilidade da reorganização das Freguesias, mas pede alguma prudência no recrutamento de recursos humanos e materiais, porque em caso de reorganização será preciso assegurar que essas pessoas mantenham o lugar nas suas categorias. -----

----- Sem mais pedidos de intervenção, nos termos da lei o Presidente da Assembleia questionou se algum membro da Assembleia se opunha à votação deste ponto em minuta. Não tendo sido manifestada qualquer oposição colocou o **Ponto 4- apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal para 2022** a votação e em minuta, tendo sido aprovado por unanimidade com 18 votos a favor. -----

----- O Presidente da Assembleia passou para o último ponto da ordem de trabalhos, o **Ponto 5- Apreciação, discussão e votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias, no âmbito da execução de obras diversas** e deu a palavra ao Presidente do Executivo para o enquadrar. -----

----- O Presidente do Executivo explicou que este é o mecanismo que a Câmara encontrou para executar trabalhos que são da sua competência, mas que para agilizar o processo e alguma burocracia, delega na Junta de Freguesia a capacidade financeira para os executar. -----

----- O Presidente da Assembleia colocou o ponto da discussão. -----

----- João Machado (IL) manifestou dificuldade em ver este ponto como uma delegação de competências, porque no seu entender existe uma delegação de competências quando há algo que passa de uma entidade para outra. Neste caso a Junta emite uma lista prioridades que vai à aprovação da Câmara e que a Câmara aprova ou não. Compreende que a nível de recursos humanos a Câmara tenha mais capacidade na questão



do lançamento dos concursos, e congratulou o trabalho do Executivo no acompanhamento das obras da Freguesias, mas por isso e para isso não é necessária uma delegação de competências. Concluiu que não vê uma efetiva delegação de competências e não vê nenhum valor acrescentado e, por isso, na sua opinião e na posição da Iniciativa Liberal, não devem ser assinados mais estes tipos de contratos.-----

----- Sem mais pedidos de intervenção, nos termos da lei o Presidente da Assembleia questionou se algum membro da Assembleia se opunha à votação deste ponto em minuta. Não tendo sido manifestada qualquer oposição, colocou **o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias, no âmbito da execução de obras diversas**, a votação e em minuta, tendo sido aprovado por maioria com o voto contra de João Machado (IL). -----

----- O Presidente da Assembleia desejou a todos um Feliz Natal e, não havendo mais assuntos a tratar, pelas vinte e três horas e trinta minutos deu por encerrada a sessão.

----- Para constar e para os devidos efeitos vai ser lavrada a ata que depois de aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por Isabel Sousa que a redigiu nos termos do art.º 50 n.º 2 do Regimento da Assembleia da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes. -----

O Presidente da Assembleia

Nuno Martinho

A Redatora

Isabel Sousa

**Assembleia de Freguesia de
Leiria, Pousos, Barreira e Cortes**

Moção para a não discriminação entre crianças vacinadas e não vacinadas

Em Novembro do corrente ano, a agência Europeia do Medicamento – EMA aprovou a vacina para crianças dos 5 aos 11 anos.

Posteriormente, a Direção Geral de Saúde portuguesa - DGS, recomendou a vacina das crianças nesta faixa etária, baseada nas considerações da Comissão Técnica de Vacinação contra o COVID-19 favoráveis à vacinação em massa, independentemente de as crianças terem ou não qualquer comorbilidade.

O agendamento para o processo de vacinação de crianças entre os 5 e 11 anos iniciou no presente mês de Dezembro, apesar de vários especialistas na área de saúde se terem manifestado contra e apresentado reservas relativamente a esta decisão.

Em conferência de imprensa, a D.G.S., através da Sra. Diretora Geral de Saúde - Graça Freitas garantiu que não haverá discriminação de crianças entre vacinadas e não vacinadas, que não é obrigatória, pelo que os pais têm o poder de decisão.

É do conhecimento geral que isso não acontece nas outras faixas etárias, nomeadamente entre os 12 e os 15 anos, onde as crianças que não são vacinadas são sujeitas a medidas de confinamentos mais prolongados, a terem de ser testadas inúmeras vezes para a prática de diferentes atividades.

É público e notório que estes pareceres não são de todo consensuais.

A comunicação social transmitiu várias entrevistas a profissionais de saúde de diferentes especialidades, inclusive em pediatria que confirmaram por estudos existentes e pela prática clínica, que a doença Covid 19 é benigna e rara em crianças saudáveis nesta faixa etária. Muitos especialistas interrogam-se sobre o benefício na administração desta vacina a crianças saudáveis, ainda na fase inicial do seu estudo clínico.

Por razões temporais óbvias, não há estudos que demonstrem a inexistência de efeitos secundários a longo prazo, especialmente em crianças.

Nessa mesma conferência de imprensa, a Sra. Diretora Geral de Saúde - Graça Freitas afirmou, ainda, que a decisão de vacinar em massa é fundamentalmente para proteger as crianças inoculadas e não para contribuir para a imunidade de grupo, sendo que esta seria um ganho colateral. Devemos refletir profundamente nos outros motivos evocados para justificar a vacinação das crianças, pois eticamente é questionável se devemos vacinar crianças para proteger adultos. A Convenção dos Direitos da Criança refere que qualquer decisão respeitante às crianças tem de ter em conta o seu principal interesse.

Perante todos estes factos, inúmeros pais sentem hoje uma enorme angústia, pois receiam não vir a tomar a melhor decisão para a saúde dos seus filhos. Muitos pensam que seria prudente aguardar por mais estudos a longo prazo que comprovem os atuais pareceres oficiais.

Outra situação referida por vários pais é o receio de os seus filhos serem prejudicados por eventuais medidas discriminatórias na escola e nas atividades extracurriculares, como seja a obrigatoriedade de testagem e diferenciação nas medidas de isolamento profilático.

Felizmente Portugal apresenta dos mais altos índices de vacinação mundial, quer de vacinas Covid quer de todas as outras administradas pelo plano nacional de vacinação ou fora dele.

Uma das grandes causas destas altas taxas de vacinação deve-se ao elevado grau de confiança nas vacinas pela longa duração dos seus ensaios clínicos, o que torna o ato da vacinação praticamente universal e voluntário.

A decisão dos pais vacinarem os filhos por receio de atos discriminatórios e não por consciência de estarem a tomar a melhor decisão para os seus dependentes, pode abalar a confiança que a sociedade tem nas vacinas e nos órgãos oficiais de poder.

Neste contexto, recomenda-se à Exma. Senhora Diretora Geral de Saúde, Graça Freitas, ao Exmo. Senhor Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, à Exma. Senhora Ministra da Saúde, Marta Temido e ao Exmo. Senhor Secretário de Estado da Saúde, António Lacerda Sales a criação de condições para que estas medidas discriminatórias não venham a acontecer.

Leiria, 17 de dezembro de 2021

Assembleia de Freguesia de Leiria, Pousos Barreira e Cortes

De: Tiago Santos (PS)

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes – Sessão ordinária de 17 de dezembro de 2021.

Declaração de voto do membro da Assembleia Nuno Fernandes (PSD) no ponto 3. da ordem de trabalhos.

Voto contra por duas razões:

No Plano Plurianual de Investimentos e no Orçamento a verba inscrita na Despesa de Capital de cerca de 374 000,00€ não está detalhada nomeadamente com a identificação, localização e custo das obras a executar. Pese embora o Sr. Presidente do Executivo tenha divulgado uma listagem de obras a apresentar para negociação com a Câmara Municipal de Leiria e dito que depois iria divulgar o que vier a ser aprovado, não se comprometeu a apresentar para aprovação da Assembleia as obras detalhadas como sugeri. Salvo melhor opinião, estas obras deverão sempre ser aprovadas pela Assembleia para que o Executivo as possa executar no âmbito das suas competências materiais, conforme estabelece a alínea f) do Artigo 16º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

As receitas provenientes das rendas de terrenos e edifícios no valor de 224 000,00€, estão previstas serem aplicadas para pagamento da Despesa Corrente. A grande maioria desta receita provém do aluguer dos pavilhões da Zona Industrial da Charneca do Bailadouro nos Pousos, que quando foram construídos tinham o objetivo de gerar receita para investimento na Freguesia. Neste Orçamento estas verbas não estão inscritas na Despesa de Capital, como considero que deveriam estar.

Uma campanha de vacinação, seja ela qual for, tem que ter em conta a proteção não só do indivíduo, mas de todo o grupo. Quando em causa está uma doença contagiosa, isto deve ser tido em consideração ainda com mais rigor.

A vacinação das crianças não é exceção, até porque, ao contrário do que tem passado em muitos dos discursos sobre este assunto, elas não vivem numa bolha fechada, antes se relacionam com outras crianças e vários adultos (avós, pais, professores, funcionários dos estabelecimentos de ensino, etc.).

Apesar de não ter sido dada às escolas qualquer indicação passível de ser confundida com discriminação, nem ter conhecimento de qualquer situação dessas, sabe-se que, neste momento, as escolas estão a ser um preocupante foco de disseminação da doença.

Em ambiente fechado ou de grande convivalidade como é uma escola, têm que ser adoptadas medidas que protejam, tanto quanto possível, todos os seus frequentadores. Ora, também se sabe que a vacina reduz o risco de doença grave, diminui o risco de contágio, mas não os anula. Quer isto dizer que uma criança não vacinada tem mais hipóteses de ser causadora do contágio.

Claro que não pode haver qualquer diferença de tratamento no que diz respeito à sua frequência nas diversas atividades, mas têm que ser tomadas precauções que evitem problemas ao grupo em que se insere.

A moção que aqui foi apresentada, parece-me excessivamente ligeira na abordagem do problema, não tendo em conta a enorme complexidade da vida escolar e considerando discriminatória a obrigatoriedade de apresentação de elementos que confirmem que a pessoa não está contaminada. Com isto não posso estar de acordo. Subscrevo a preocupação com eventuais medidas discriminatórias, mas não posso votar favoravelmente o restante conteúdo.

De: Ana Bernardes (BE)

Rotunda na Rua Paulo VI

Boa noite

Cumprimentando o Sr. Presidente da Assembleia, elementos da mesa, membros da Assembleia, Sr. Presidente da U.F.L.P.B.C., membros do executivo, e público geral.

Verifica-se que a rotunda situada na Rua Paulo VI, conforme foto abaixo identificada, construída há longos meses não se encontra ajardinada.



Ao invés de outras rotundas no concelho de Leiria que terminaram os seus trabalhos de construções há relativamente pouco tempo, foram de imediatamente ajardinamento.

Disposto do Orçamento e Opções do Plano 2021, da UFLPBC, na rubrica Património, Urbanização, Arruamentos e Espaços Verdes, pergunta-se de quem será a responsabilidade:

Da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes?

Da Camara Municipal de Leiria?

Ou da Infraestruturas de Portugal?

Para quando ser prevê o seu ajardinamento?

Não sendo a resposta positiva, solicita-se ao Presidente do executivo da UFLPBC, Sr. José Cunha, o especial favor de apurar as devidas responsabilidades.

Solicito ao Sr. Presidente da Assembleia, que este documento faça parte integrante da ata.

Pousos, 17 de dezembro de 2021

Vítor J. P. Tojeira

